

4

Economia de Comunhão um projeto contra a exclusão

Como foi dito, o Projeto “Economia de Comunhão” teve início no Brasil, em 1991, fruto maduro do empenho socioeconômico do Movimento dos Focolares, no âmbito mundial. Trata-se da criação, ou da reestruturação de empresas, pequenas e médias, entendidas como comunidade de pessoas, cujos proprietários livremente distribuem os lucros de acordo com novos critérios. A novidade desse projeto está em uma nova forma de relacionamento, mais humana, entre patrões e empregados e em uma maneira diferente de distribuir os lucros segundo três finalidades:

- 1) consolidação da empresa com salários justos e respeito às leis vigentes;
- 2) ajuda aos necessitados e criação de postos de trabalho;
- 3) sustento a estruturas aptas para formar homens capazes de viver a cultura da solidariedade, a cultura da partilha.

No Brasil, cerca de 80 pequenas e médias empresas aderiram ao projeto lançado por Chiara Lubich ao visitar a Mariápolis Aracelli – atual Mariápolis Ginetta – que se sentiu incomodada com a disparidade visual da Cidade de São Paulo. De um lado, majestosos prédios e, de outro, favelas miseráveis.

É importante compreender a intenção original de Chiara Lubich ao convocar os participantes do Movimento para compartilharem de um novo projeto. Tratava-se de um projeto para formar empresas com o objetivo final de gerar empregos e obter lucros e era batizado “Economia de Comunhão”. Os lucros seriam repartidos entre a própria empresa para sua solidificação – com salários dignos e total respeito às leis –; a manutenção de estruturas destinadas a formar pessoas aptas a viver uma cultura de partilha; e, finalmente, a doação. Essa doação teria o destino de promover ajuda às pessoas necessitadas por intermédio do movimento, como também, criar novos empregos. Nasceu aí a “cultura do dar”,

ou seja, essas empresas disponibilizariam parte dos lucros, quando possível, sem esperar nenhum retorno por isso (<http://www.focolares.org.br>).

Embora a Economia de Comunhão tenha base na religião católica, pessoas de outras religiões a adotaram, pois consideram que seus conceitos transcendem motivações religiosas por sua motivação de praticar o bem e ajudar aos necessitados. Chiara Lubich (1999:14) escreveu sobre o Movimento dos Focolares:

“É típica no Movimento dos Focolares justamente a chamada “cultura de dar”, que já desde o início se concretizou em uma comunhão de bens entre todos os membros e em consistentes obras sociais.

Além disso, o amor, a benevolência, vivido por um grande número de pessoas, torna-se recíproco, e assim floresce a solidariedade. Solidariedade essa que se pode manter viva somente fazendo calar o próprio egoísmo, enfrentando as dificuldades e sabendo superá-las.”

Com essa visão, justifica-se a iniciativa de pessoas de outras crenças aderirem ao movimento, bastando para tanto, desejar ser solidário, ab-rogando o sentimento egoísta. Ao se ponderar racionalmente a proposta, ao se praticar o bem, existirá a tendência de se receber o bem. Isso faz com que o movimento não se torne efêmero, já que os sentimentos são fortes e tendem a ocasionar intensos vínculos entre seus participantes e seus auxiliados. Com o tempo, espera-se que os necessitados melhorem de condições, passando a caminhar sozinhos e a aderir ao movimento, desta feita, como mais um componente ativo de solidariedade.

“Ensinar o homem a pescar” em vez de simplesmente “dar o peixe” não basta para a Economia de Comunhão. De acordo com Mariza Pretto, focolarina entrevistada para este trabalho, é importante que se acompanhe o necessitado até que ele tenha condições de caminhar só e esteja em condições plenas para isso. Para ela: “deve-se comer o peixe junto com o amparado”, reforçando assim, os laços de amizade entre quem ajuda e quem necessita. A importância disso é a de não deixar que o sentimento de humilhação nasça sob hipótese alguma nessa relação. Assim sendo, pode-se acrescentar àquele provérbio que a união entre as pessoas complementa a força necessária para que elas tenham suas necessidades básicas atendidas o que, por sua vez, tende a aliviar a tensão social.

A Economia de Comunhão prega a união entre as pessoas com a intenção de praticar cultura de “partilha” em vez da cultura do “ter”. Talvez esse seja o objetivo com maior dificuldade para ser alcançado. As empresas que trabalham no

regime de Economia de Comunhão posicionam-se dentro do mercado como mais uma empresa, tendo de enfrentar seus concorrentes e gerar lucros. Esses lucros, em princípio, devem ser distribuídos, parte para a continuidade da própria empresa e parte destinada à partilha pura e simples, sem a espera de quaisquer retornos futuros. A concepção desse novo conceito (o de partilha) traz para a ciência econômica efeitos ainda pouco conhecidos.

Em uma discussão sobre a racionalidade econômica atualmente vigente nos estudos da Ciência da Economia, Luigino Bruni (2002:47) destaca:

“A única exigência é que esses objetivos sejam “individuais”.

Dadas as preferências dos sujeitos, o critério racional traduz-se em maximização de funções-objetivos, respeitando as regras de lógica formal referentes às preferências individuais.”

O que demonstra, conseqüentemente, que a Ciência Econômica atualmente vem estudando apenas as preferências individuais de cada pessoa e esse tipo de análise vem influenciando a forma das pessoas agirem e viverem, preterindo-se o modo egoísta de pensar.

Chiara Lubich propôs que os resultados das empresas que praticam a Economia de Comunhão tivessem 3 finalidades:

1. Reinvestimento na própria empresa, com o objetivo de manter ou expandir a produção da empresa, pagamento de salários justos aos seus trabalhadores e extremo respeito às legislações locais, não sendo permitido quaisquer tipos de sonegação fiscal;
2. Ajuda aos necessitados e a comunidade, como também, estímulo à geração de novos empregos;
3. Sustento de estruturas formadoras de “homens novos” (pessoas abertas à cultura da partilha).

Esses três objetivos teriam o intuito de ajudar a sociedade a minimizar os problemas de exclusão.

Chiara Lubich, ao lançar a proposta de Economia de Comunhão, vislumbrou a importância da ética com a finalidade principal de passar confiança e princípios para funcionários, fornecedores, clientes e a sociedade. Almeida

(2002:15) destaca os valores éticos com um dos princípios de gestão desse projeto, descrevendo como segue:

“... base em valores éticos, impedindo que qualquer ação destruidora do ambiente, das leis ou da fraternidade humana possam ser levadas adiante. A honestidade é a chave no relacionamento com clientes, fornecedores, comunidade e governos, buscando sempre um negócio sem desvantagens para ninguém, e a transparência é base no trato com os funcionários. Isso significa, portanto, um relacionamento ético com *stakeholders* qualquer que seja seu nível. Em relação ao governo, por exemplo, representa não praticar nenhuma evasão fiscal ou suborno. Sob outra ótica, essa confiança na essência boa do Homem diminui os custos gerais de transação;”.

Galfor e Drapeau (2003:90) destacam as vantagens de se ter confiança em uma firma que valoriza a ética:

“If people trust each other and their leaders, they’ll be able to work through disagreements. They’ll take smarter risks. They’ll work harder, stay with the company longer, contribute better ideas, and dig deeper than anyone has a right to ask.”

Estes autores (2003:90) acrescentam, mostrando as desvantagens quando a situação reversa ocorre:

“If they don’t trust the organization and its leaders, though, they’ll disengage from their work and focus instead on rumors, politics, and updating their résumés.”

A Chiara Lubich resgata a importância dos valores éticos destacando-os e priorizando-os como pré-requisitos às empresas de Economia de Comunhão. A ótica da diminuição dos custos gerais de transação mencionada por Almeida (2002:15) leva à certeza de que em não havendo corrupção ou outros meios ilícitos para se conseguir obter um determinado trabalho, haverá o decréscimo das parcelas monetárias que sustentam essa corrupção e, ao final, toda a comunidade ganha com a melhoria dos serviços públicos e outros serviços essenciais que se façam necessários seja pelo correto pagamento de impostos, seja pelo desestímulo à sonegação.

De Oliveira (2004:8) destaca a importância da necessidade de se fazer renascer a Ética, como fator essencial para se estabelecer a Responsabilidade Social das empresas, com a conseqüente inclusão social:

“Neste tempo de contraste, vivemos de fato um renascimento da ética. A ética como fundamento do bem comum. Bem comum, que não abre concessões para as sistemáticas exclusões antiquadas, oriundas de um arcaico individualismo egoísta

e muito primitivo que está impregnado nas graves imperfeições do capitalismo que vivemos. Novo tempo de uma ética renascida. Ética cujo nome é inclusão!”.

Mas que tipo de ética seria essa que Chiara Lubich perseguia em sua oratória? Boaventura (2002:111) diz que o novo senso comum terá de ser construído a partir das representações mais inacabadas da sociedade. Ele cita então, três dimensões para se erguer esse senso comum: a solidariedade (na dimensão ética), a participação (na dimensão política) e o prazer (na dimensão estética). Ao seu ver, a nova ética da era tecnológica deverá partir de um novo princípio, o princípio de responsabilidade proposto por Hans Jonas em 1985. Boaventura (2002:112) arremata este princípio citando:

“O novo princípio de responsabilidade reside na “Sorge”, na preocupação ou cuidado que nos coloca no centro de tudo o que nos torna responsáveis pelo outro, seja ele um ser humano, um grupo social, a natureza etc.; esse outro inscreve-se simultaneamente na nossa contemporaneidade e no futuro cuja possibilidade de existência temos de garantir no presente. A nova ética não é antropocêntrica, nem individualista, nem busca apenas a responsabilidade pelas conseqüências imediatas. É uma responsabilidade pelo futuro.”

É fácil verificar que Chiara Lubich tenta superar seu tempo implementando uma ética que além de cuidar dos seres humanos procura também cuidar de outros fatores que poderiam afetar sua existência futura.

Chiara Lubich parecia perceber que o tratamento moral não é uma questão muito fácil de se lidar, considerando-se que a moral é encarada de forma relativa, tanto na forma outrora quanto nos tempos modernos. A cada época, as diversas sociedades encaram moral de uma forma própria e por que não dizer, conveniente. No âmbito dos tempos antigos, a escravidão era encarada como perfeitamente moral, para aquele que escravizava, posto que não se considerava o escravo com um ser humano, um semelhante. Ele era simplesmente encarado com uma mercadoria e dessa forma as pessoas da sociedade escravizadora não tinham o menor constrangimento. A sociedade escravizante considerava a escravidão um benefício a eles. Em contrapartida, perante os escravizados, a atitude escravizante era uma atitude imoral, principalmente quando mal tratados. Com a evolução do conceito moral, as sociedades não admitem mais a escravidão como força de trabalho, muito embora existam fatos pontuais dentro dessa mesma sociedade que, para reduzir custos, ainda procuram fazer uso desse tipo de força de trabalho.

Nesse ponto Savater (2000:76) tece um comentário que pode ser extrapolado para o ponto de vista daquele que escraviza:

“Mas quanto aos “princípios”, a confluência de critérios já é muito maior. O mais rotundo e genérico de todos (“Favorece teus semelhantes como gostarias de ser favorecido; não os prejudique como não gostarias de ser prejudicado”) é de aceitação prática universal: a única coisa variável é a extensão do termo “semelhante”.”

Savater (2000) expõe a fragilidade do termo “semelhante”. Apesar de, para alguns, serem claras as intenções das parábolas expostas nesse ditame ético, alguns indivíduos conseguem dar a ele um sentido ambíguo, denotando uma conotação de que o termo é de difícil compreensão. De fato, sob esse prisma, pode-se imaginar que semelhante é aquele que tenha algum ponto de interesse, como exemplo, ter os mesmos pensamentos, ter a mesma nacionalidade, ter a mesma religião, perdurando assim uma infinidade de visões diferentes. Isso leva à compreensão da dificuldade de ser preciso ao tentar fazer com que a sociedade siga a uma determinada norma ética sem que haja desvio de intenções em sua interpretação.

Savater (2000:301) também aponta uma questão de difícil compreensão prática, a questão dos direitos humanos:

“Admitir direitos humanos significa estar ativamente decidido a que o reconhecimento do humano pelo humano equivalha ao reconhecimento de direitos por parte de outro sujeito desses mesmos direitos.”

Direitos humanos relacionam-se com o direito à vida, o direito a oportunidades, o direito a trabalho, o direito a cidadania, o direito a infância, o direito a liberdade. O direito coletivo, mas também o direito individual. A ninguém deve ser dado chance ou privilégio de poder usurpar esse direito das pessoas, mesmo que elas não façam jus. A falta dos direitos humanos coloca a sociedade a mercê de uma elite. A simples recusa em atender a seus interesses, ou simplesmente, na falta de seu entendimento, traria punições a revelia de quaisquer leis escritas ou entendimentos morais. Por esse motivo, esse mesmo autor (2000:304) traz o seguinte alerta:

“A humanidade dos cinco bilhões de seres, da fome endêmica e injustificável, da ameaça nuclear, das catástrofes ecológicas, exige esse código unitário antes que seja tarde demais.”

A exclusão social vem motivando pensadores a proporem maneiras de solucionar esses problemas. Por sua vez, muitos governos tentam dar solução a determinadas situações promovendo programas sociais, passando a assumir uma posição por vezes paternal.

Ao se considerar que apesar de tantos esforços a exclusão social vem piorando a cada dia, deve-se exercitar a criatividade e procurar soluções que realmente estimulem as pessoas e as façam caminhar e viver com dignidade por seus próprios meios. A proposta da Sra. Chiara Lubich pode vir a ser uma dessas alternativas criativas. A começar pela *voluntariedade*, segundo o qual ninguém é, ou será obrigado a atuar ou a permanecer na Economia de Comunhão. Para tanto, ao se referir a sua proposta econômica, ela menciona que se trata da “economia de comunhão na liberdade” conforme conta Ferrucci (1999:35):

“Chegando à Mariápolis, e certa da generosidade dos brasileiros, Chiara lançou a proposta de “Economia de Comunhão na Liberdade”, um convite - aos duzentos mil participantes do Movimento no Brasil – a se juntarem todos, livremente (“somos pobres, mas somos muitos...”), a fim de fazer nascer, junto à Mariápolis, atividades voltadas para a produção capazes de gerar lucros e postos de trabalho, confiadas a pessoas competentes.”

Destaca-se, também, o fato de se exigir que no caso de alguém querer trabalhar sob sua proposição, terá o compromisso de trabalhar com ética, pagando impostos, não procurando benefícios por meios ilícitos, com respeito ao meio ambiente e, sobretudo, amando o seu próximo, ou seja, respeitando a todos os envolvidos, seus funcionários, fornecedores, clientes e comunidades. Ao aplicar os conceitos éticos, ela define exatamente o que deseja e o que deve ser levado em consideração, procurando dar um entendimento universal para as suas idéias. Isso faz com que pessoas de outras religiões, cristãs ou não, se sintam à vontade em participar da Economia de Comunhão.

Para delinear a ética a ser praticada, o Movimento dos Focolares cita muitas passagens retiradas da Bíblia, adaptando-as de forma a direcionar o comportamento ético a ser praticado na Economia de Comunhão a exemplo da citação de Ferrucci (1999:34): “Pai, que todos sejam um”, como também, a que é citada por Chiara Lubich (1999:15): “*amar a pátria do outro como a própria*” e a Regra de Ouro, mencionado por De Melo e Agostinho (2004:1): “*Trate os outros da forma como eles gostam de ser tratados*” (“... to treat others in the same way they like to be treated.”). Existe um entrelaçamento entre essas idéias, uma

procurando complementar a outra, fazendo com que aqueles que praticam a Economia de Comunhão procurem ver os outros como um ser semelhante a eles, porém com culturas, condições e peculiaridades que devem ser respeitadas a todo momento, não importando de onde venham. A proposta de unir converge as pessoas para uma preocupação mútua, em quaisquer condições em que elas se encontrem. O tratamento dita a não exploração e abuso mútuo, limitando o direito de um até onde começa o direito do próximo, estabelecendo reciprocidade nas relações humanas. Chiara Lubich propunha regras universais que podem muito bem ser aceitas por todos, sem que haja distinção sob quaisquer aspectos. A aceitabilidade dessas regras universais pode ser plenamente válida, como destacado por Savater (2000:77) ao mencionar:

“A diversidade das culturas afeta as normas éticas circunstanciais e sua fundamentação religiosa ou laica, mas nunca favorece a omissão desses universais.”.

Nesta reflexão, fica claro que os Direitos Humanos e as normas éticas universais formam a base fundamental do projeto da Economia de Comunhão. Logo, com todas essas considerações, o movimento vem conseguindo atuar em vários países, recrutando voluntários de várias ideologias e culturas, o que tende a enriquecer cada vez mais, as idéias e as práticas daqueles que exercitam Economia de Comunhão.

Parafrazeando Santos (2002:338), é possível, então, estabelecer a principal pergunta deste capítulo: em que condições podem surgir e consolidarem-se organizações econômicas capitalistas que ao mesmo tempo facilitem a luta pela inclusão das classes populares e sejam viáveis em um mundo globalizado? Oferece-se aqui um estudo da Economia de Comunhão que se apresenta como uma alternativa a essa reflexão, considerando-se que ela não pretende negar a economia formal. Ela pretende conviver com a economia formal e também, aspira ser mais um instrumento eficaz de combate à exclusão social.

Chiara Lubich, com a proposta de Economia de Comunhão, conseguiu mostrar que é possível, pela união das pessoas e por meio da cultura da partilha, tornar crível que elas possam melhorar de vida e, a partir desse ponto, possam ajudar outros que necessitem do mesmo amparo que lhe foi dado. Ao se ampliar o movimento, gerar-se-iam mais empregos, com a vantagem de recuperarem-se os

valores sociais que aos poucos a sociedade está deixando de dar valor, a exemplo da honestidade e a confiança mútua entre as pessoas. De Melo e Agostinho (2004:7) mostram essas idéias:

“... This new model of man follows an expressive rationality, expressing himself through a deep respect towards his fellow human beings. This generates a unity that leads to the establishment of sound and solid personal and interorganizational relationships. One of the most well known features of EoC is the distribution of profit that should provide for the needs of the poorest members of the community.”

As empresas de Economia de Comunhão atuam em um mercado livre e globalizado, extremamente competitivo, nada as protege, não sendo consideradas empresas filantrópicas. Não se deve esquecer, também, das exigências éticas com que a Chiara Lubich propunha que essas empresas trabalhem. Isso acarreta mais uma dificuldade para aquelas empresas, pelo menos no início. Contudo, a consequência final ser-lhes-á benéfica considerando a credibilidade que aos poucos tenderá a ocorrer para essas empresas. Seus concorrentes terão de mudar e passarão a respeitar a forma de atuar das empresas de Economia de Comunhão. O mercado, ao tomar conhecimento de suas características filantrópicas informais, em relação aos órgãos oficiais, porém verdadeiras, poderá passar a dar-lhes preferência e a trabalhar mais com esses tipos de empresas. Na verdade, já existe uma tendência europeia em dar preferência a se consumir produtos de empresas que respeitem o meio ambiente e tenham caráter filantrópico, o que exatamente se exige das empresas de Economia de Comunhão. Portanto, o cenário para essas empresas é o melhor possível, o que não quer dizer que não haja barreiras a serem vencidas. Almeida (2002:133) mostra esse otimismo:

“O aposto “na liberdade” dado ao Projeto significa a necessidade de florescimento da diversidade administrativa visando o encontro de soluções criativas, inovativas, que dêem às empresas de Economia de Comunhão maior sucesso econômico e viabilidade de aplicação de todos os seus princípios, estabelecendo um contrapeso à adversidade do ambiente de mercado e fortalecendo-as. ...”

Há de se considerar que as propostas da Chiara Lubich para a Economia de Comunhão são recentes, existindo há apenas 14 anos. Muito ainda há de se fazer e uma grande dose de criatividade, sacrifício e força de vontade será necessária para pôr em prática as intenções da Chiara Lubich. A Economia de Comunhão veio para ser uma das possíveis alternativas a enfrentar os paradoxos de uma sociedade em que poucos têm muito e muitos têm pouco. Assim sendo, tal proposta não se

tornará efêmera, um simples modismo. A continuidade dos estudos das conseqüências dessa proposta será vital para que parte da sociedade tenha uma nova alternativa e uma nova esperança de viver com qualidade de vida e vida digna. Espera-se, assim, que o sonho de Chiara Lubich, o “*de não haver mais nenhum necessitado*”, ganhe contornos sólidos.

A Economia de Comunhão deve ser encarada como uma alternativa de organização econômica movida por uma racionalidade distinta do modelo econômico hegemônico. Segundo Weber (2004:15), toda ação social pode ser produzida por 4 modos:

“ § 2. A ação social, como toda ação, pode ser determinada: 1) de modo racional referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, como sucesso; 2) de modo racional referente a valores: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) de modo afetivo especialmente emocional: por afetos ou estados emocionais atuais; 4) de modo tradicional: por costume arraigado.”

A intenção original de Chiara Lubich está relacionada a uma “racionalidade referente a valores” considerando-se que sua proposta de Economia de Comunhão está baseado pela crença nos valores da ética cristã. Devido à origem da Economia de Comunhão, ela tende a se distinguir de outras formas de iniciativas econômicas, uma vez que as ações sociais no universo da economia costumam ser movidas por uma racionalidade predominantemente “referente a fins”, enfatizando a busca por eficiência, ou seja, a maximização pura e simples de lucros. Em um modelo econômico em que as ações são movidas por valores, as escolhas e decisões dos atores podem parecer irracionais. Como reconhece Weber (2003, p.16),

“Do ponto de vista da racionalidade referente a fins, entretanto, a racionalidade referente a valores terá sempre caráter irracional, e tanto mais quanto mais eleve o valor pelo qual se orienta a um valor absoluto; pois quanto mais considere o valor próprio da ação (atitude moral pura, beleza, bondade absoluta, cumprimento absoluto dos deveres) tanto menos refletirá as conseqüências dessa ação.”

Esta aparente irracionalidade pode, em certos casos, dificultar a adoção da Economia de Comunhão pelas organizações econômicas estabelecidas. Entretanto, uma vez que o sentido da ação no âmbito da Economia de Comunhão está mais na

própria ação do que em seu resultado e decorre de uma convicção e de um senso de dever, seu apelo pode ser considerável entre aqueles que buscam uma vida digna para si e para os outros.

As empresas de Economia de Comunhão são em sua maioria de empresas de pequeno porte. Mostra-se a seguir alguns números obtidos na pesquisa efetuada no Município de Vargem Grande Paulista.

A tabela 3 mostra um levantamento feito pelo Movimento dos Focolares em 1999, em que fica evidenciado esse fato.

Tabela 3 – Porte das empresas vinculadas à EdC

PORTE DAS EMPRESAS VINCULADAS À EdC	
Empresas até 50 trabalhadores	736
Empresas de 51 trabalhadores até 100 trabalhadores	15
Empresas com mais de 101 trabalhadores	10
Total	761

Fonte: Escritório Central da EdC, set. 1999

O faturamento dessas empresas é relativamente baixo, a maioria ficando abaixo de R\$ 500 mil por ano. A Tabela 4 mostra essa situação de acordo com levantamentos realizados no ano de 1999.

Tabela 4 – Perfil do faturamento das empresas vinculadas à EdC em 1999

PERFIL DO FATURAMENTO DAS EMPRESAS VINCULADAS À EdC EM 1999	
Valor do Faturamento	Nº de Empresas
Acima de 50 milhões/ano	2
Entre 10 milhões a 50 milhões	47
Entre 1 milhão a 10 milhões/ano	33
Entre 500 mil a 1 milhão/ano	129
Abaixo de 500 mil/ano	550
Total	761

Fonte: Escritório Central da EdC, set. 1999

No combate a exclusão social, o Movimento dos Foculares divulgou a Tabela 5 mostra o lucro depositado pelas Empresas de Economia de Comunhão no período de 1992 até 2003:

Tabela 5 – Lucro depositado pelas empresas da EdC por região

LUCRO DEPOSITADO PELAS EMPRESAS DA EdC POR REGIÃO											
<small>(em R\$, desprezando-se centavos)</small>											
	1992/ 1993	1993/ 1994	1994/ 1995	1995/ 1996	1996/ 1997	1997/ 1998	1998/ 1999	1999/ 2000	2000/ 2001	2001/ 2002	2002/ 2003
M. Ginetta				14.497	6.700	3.500	5.600	11.431	14.471	25.012	35.377
Centro Sul				59.344	37.027	29.110	44.372	49.628	78.373	82.125	61.948
Extremo Sul				13.631	16.507	17.373	20.222	18.926	31.870	23.320	27.430
Nordeste				200	6.700		580	800	1.886	6.580	5.600
Norte				9.183	5.032	9.178	2.250	5.050	4.201	2.800	1.200
Brasília											7.010
TOTAL	34.784	24.774	69.848	96.855	71.966	59.161	73.024	85.835	130.802	139.837	138.565

Fonte:Escritório Central da EdC - 2003